

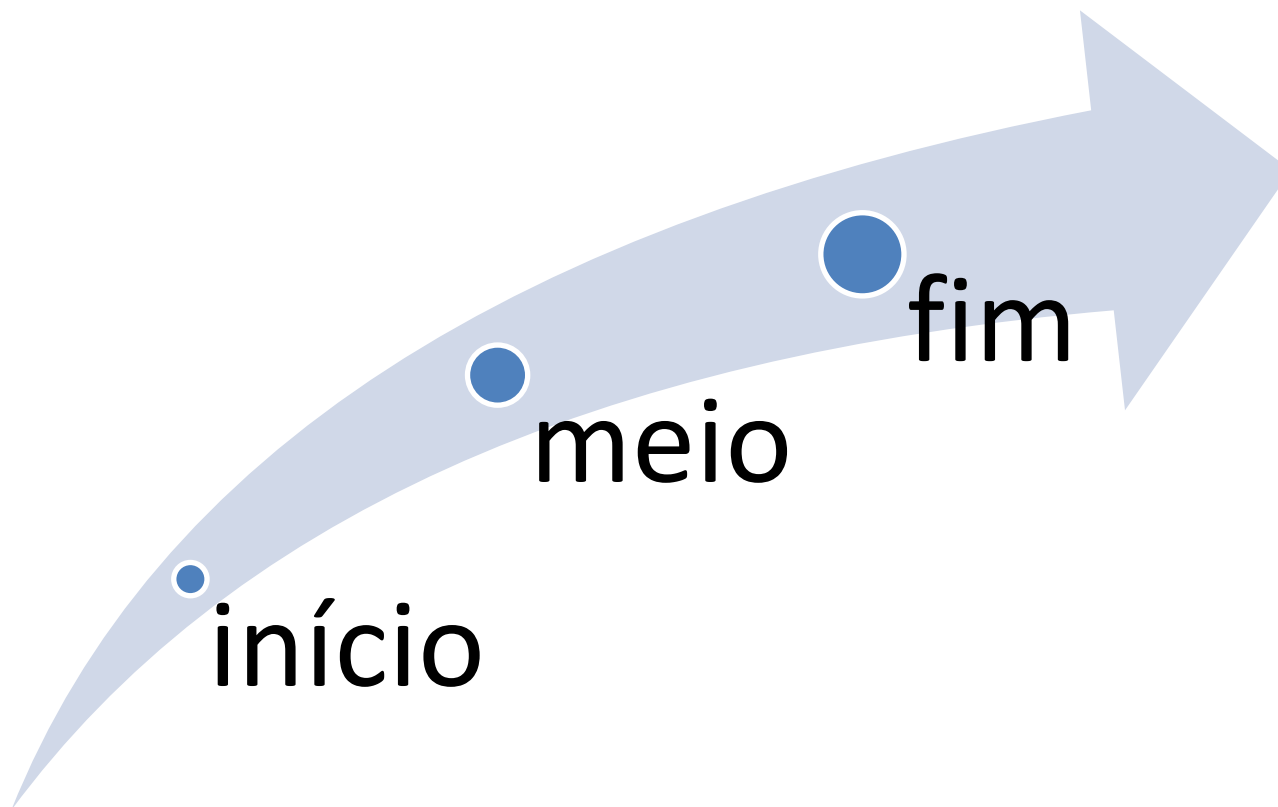
ASPECTOS **RELEVANTES** NA **CONTRATAÇÃO** DE OBRAS PÚBLICAS

LEONARDO CÉSAR SANTOS CHAVES

Auditor de Controle Externo TCE/PI



O que podemos entender por
Relevante em contratos de obras públicas?



Porque ocorrem tantas **alterações** em contratos de obras públicas?

6197 achados em 1688 fiscalizações durante 10 anos



Sugestões:

Estudo de **viabilidade técnico-econômica** anterior ao edital;

Obrigatoriedade de **projeto executivo** de engenharia antes da licitação do projeto, permitindo a elaboração de orçamentos realistas e evitando-se assim previsões inexequíveis que causem má qualidade na execução, atrasos, rescisões ou a combinação de todos esses fatores;

Obrigatoriedade de **obtenção prévia de licenças ambientais**, evitando-se contestações judiciais ao longo da execução do projeto e o início de obras que estejam em desacordo com a legislação.

Brasília – O ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, afirmou hoje (21) que a má qualidade de projetos de engenharia é o principal fator para que obras públicas esbarrarem na fiscalização do órgão.

“Aí está o embrião dos futuros problemas de sobrepreço, de jogo de planilha, de a empresa pleitear aditivos além dos limites legais. Tudo vem da falta de ter um bom projeto”, disse Hage, durante o 6º Encontro de Lideranças do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), que ocorre em Brasília.

O ministro criticou o fato de muitos órgãos fazerem licitações sem sequer ter o projeto base e creditou a deficiência à falta de servidores capacitados. “Não tem bons projetos porque muitos órgãos públicos estão desaparelhados de engenheiros capacitados para fazer projetos ou mesmo para elaborar um bom edital para contratar projeto com uma empresa”.

Segundo o presidente da Confea, Marco Túlio de Melo, mais de 90% dos municípios brasileiros não têm no quadro permanente profissional de área técnica capaz de fazer edital para contratar empreendimentos. “Vemos que no Brasil a estrutura de controle se desenvolveu mais rápido que a área de execução”, disse, lembrando que até 2006 o Ministério do Planejamento tinha apenas um engenheiro em seu quadro permanente.

Além da elaboração de projetos de qualidade, Hage sugeriu que a corrupção e as irregularidades na execução de obras sejam combatidas com reforço nas comissões de licitação e no reforço na capacidade de acompanhamento e fiscalização. Também pediu o aperfeiçoamento do regramento jurídico, especialmente da Lei de Licitações.

O resultado é uma verdadeira asfixia

Paralisação de obras Públicas

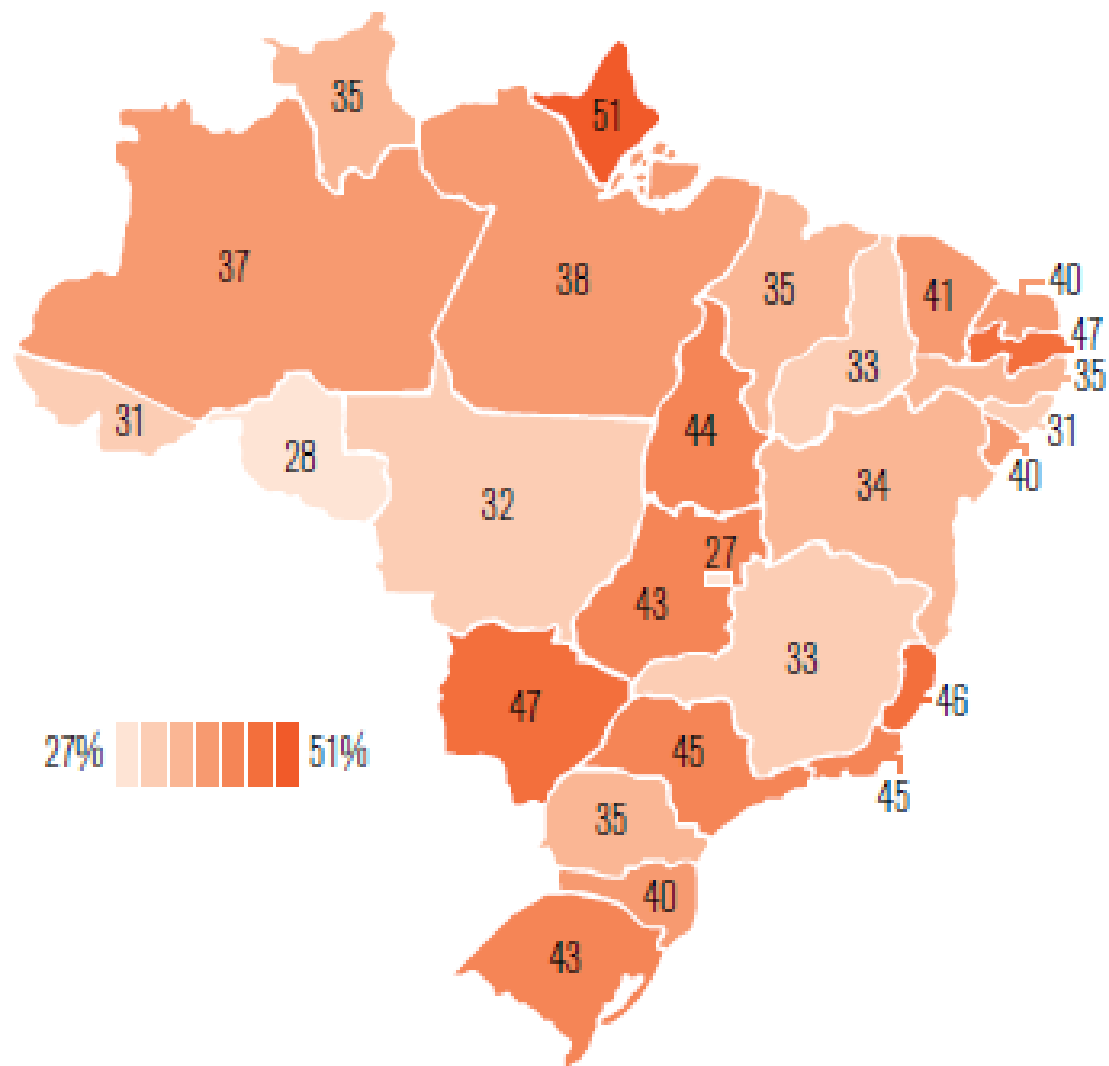
Vídeo 1

Obras paralisadas

Tabela 1 - Obras analisadas por banco de dados

Banco de dados	Obras analisadas		Investimento Inicialmente previstos	
	Qtde	% relativo	R\$	% relativo
CEF	14.224	37%	15.087.800.486,65	2%
PAC	10.666	28%	663.349.865.888,62	91%
MEC	10.067	26%	16.295.721.073,95	2%
DNIT	1.168	3%	28.512.435.425,57	4%
FUNASA	2.287	6%	4.847.271.600,67	1%
Total Geral	38.412	100,00%	725.456.451.626,74	100,00%

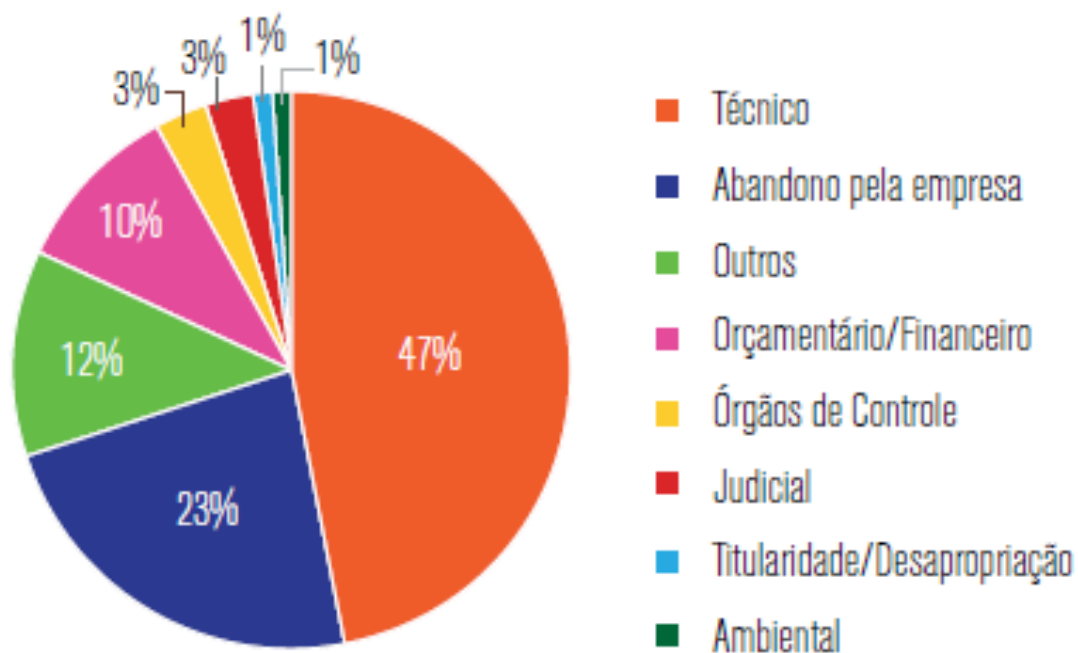
Figura 1 – Mapa de calor dos percentuais de obras paralisadas em cada ente federativo.



CAUSAS

O gráfico seguinte ilustra os principais motivos para a paralisação das obras, de acordo com os dados do PAC.

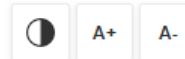
Motivos da paralisação



TCU aponta que 444 obras federais estão paralisadas no Piauí

Cadastrado Por Francy Teixeira

29/05/2019 20:48



Em auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sob a relatoria do ministro Vital do Rêgo, foram analisadas mais de 30 mil obras públicas financiadas com recursos federais. Destas, mais de 30% foram consideradas como paralisadas ou inacabadas. O que corresponde a quase 20% do investimento previsto.

Pelo levantamento feito TCU, das 1.334 obras financiadas pelo Governo Federal, 444 estão paralisadas no Piauí, equivalentes a 33%.

São obras como adutora de açudes no sertão, a ferrovia Transnordestina, que liga o Piauí aos estados do Ceará e Pernambuco, rodovias federais, açudes, barragens, creches, escolas, quadras e ginásios poliesportivos, além de uma Vila Olímpica, que deveria ter sido construída em Paríba.

O ministro Vital do Rêgo disse que as principais causas apontadas foram: contratação com base em projeto básico deficiente; insuficiência de recursos financeiros de contrapartida; e dificuldade de gestão dos recursos recebidos.

Os ministros do TCU recomendaram ao Ministério da Economia que, em [conjunto](#) com os demais ministérios que gerenciam recursos destinados a obras públicas, adote providências para promover maior interação e compartilhamento de informações.

Além disso, foi recomendada a criação do Cadastro Geral de Obras Públicas integrando as bases de informação com vistas a garantir maior transparência e confiabilidade das informações.

TCU diz que 37,5% das obras financiadas com verba da União estão paradas ou inacabadas

Auditoria foi feita em 38,4 mil obras em 2018 e indicou também que 2,4% estão adiantadas, e 51,3%, em ritmo 'normal'. Para relator, há prejuízo à economia e à geração de empregos.

Por [Elisa Clavery](#), [TV Globo](#) — Brasília

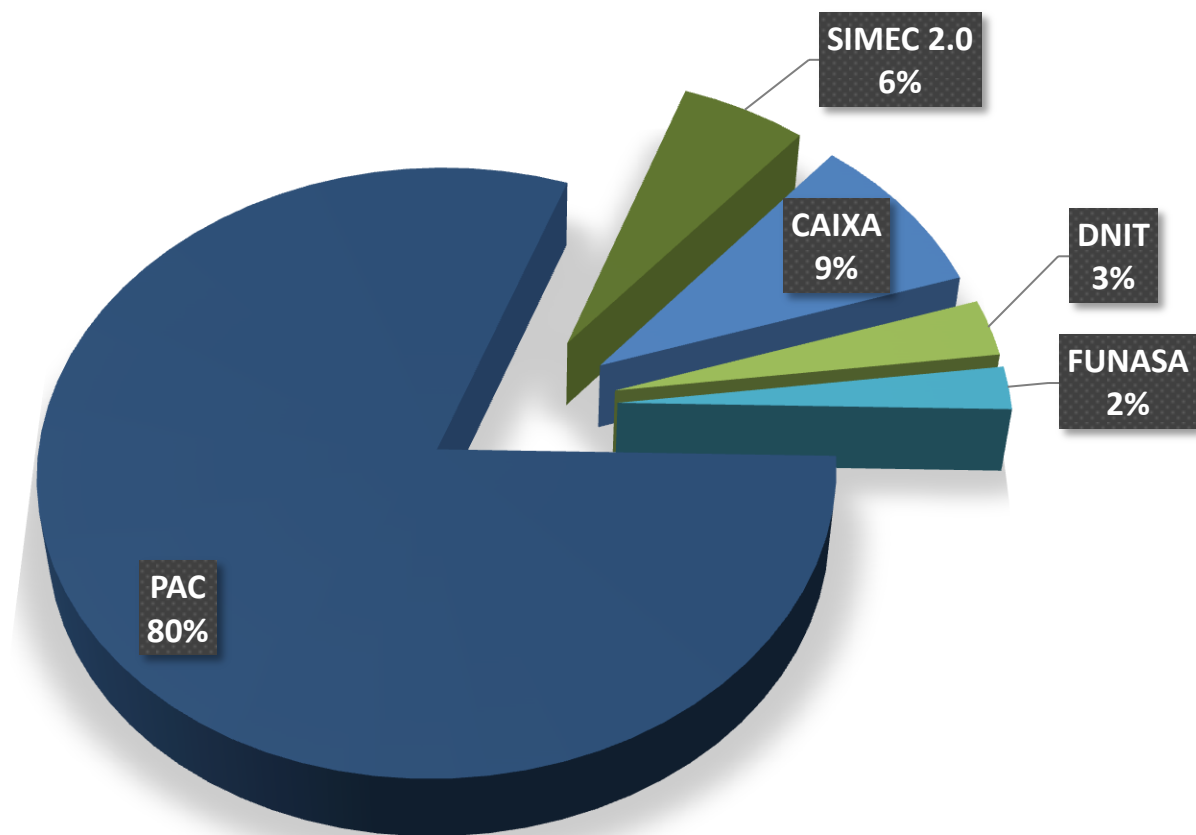
15/05/2019 21h46 · Atualizado há 2 semanas



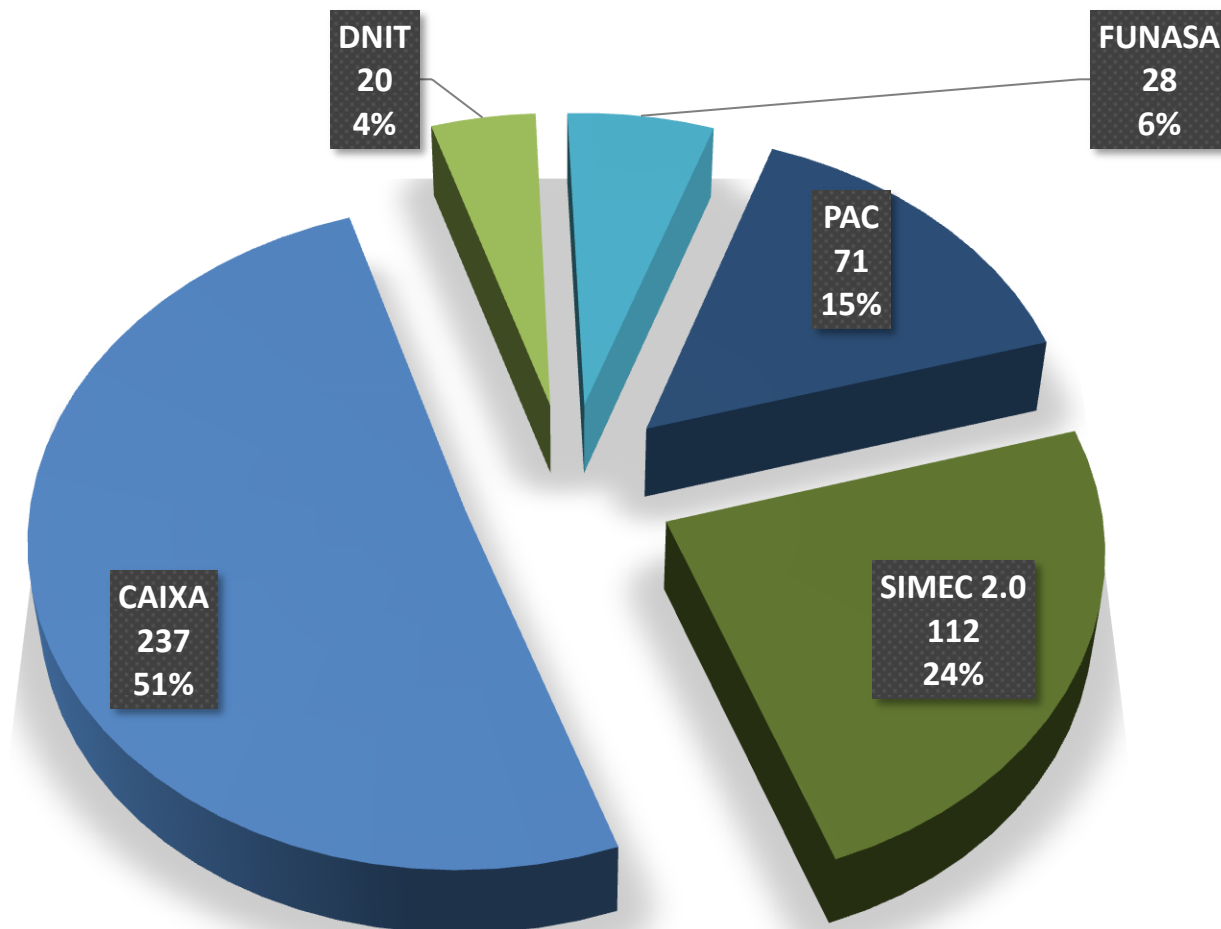
OBRAS PARALISADAS - PIAUÍ

Banco de dados	Obras analisadas		Investimento inicialmente previstos*	
	Qtde	% relativo	R\$	% relativo
CAIXA	237	51%	R\$ 146.734.129,72	8,87%
DNIT	20	4%	R\$ 50.431.648,61	3,05%
FUNASA	28	6%	R\$ 38.277.684,53	2,31%
PAC	71	15%	R\$ 1.325.411.934,43	80,11%
SIMEC 2.0	112	24%	R\$ 93.637.752,18	5,66%
Total Geral	468	100%	R\$ 1.654.493.149,47	100,00%

Investimento inicialmente previstos

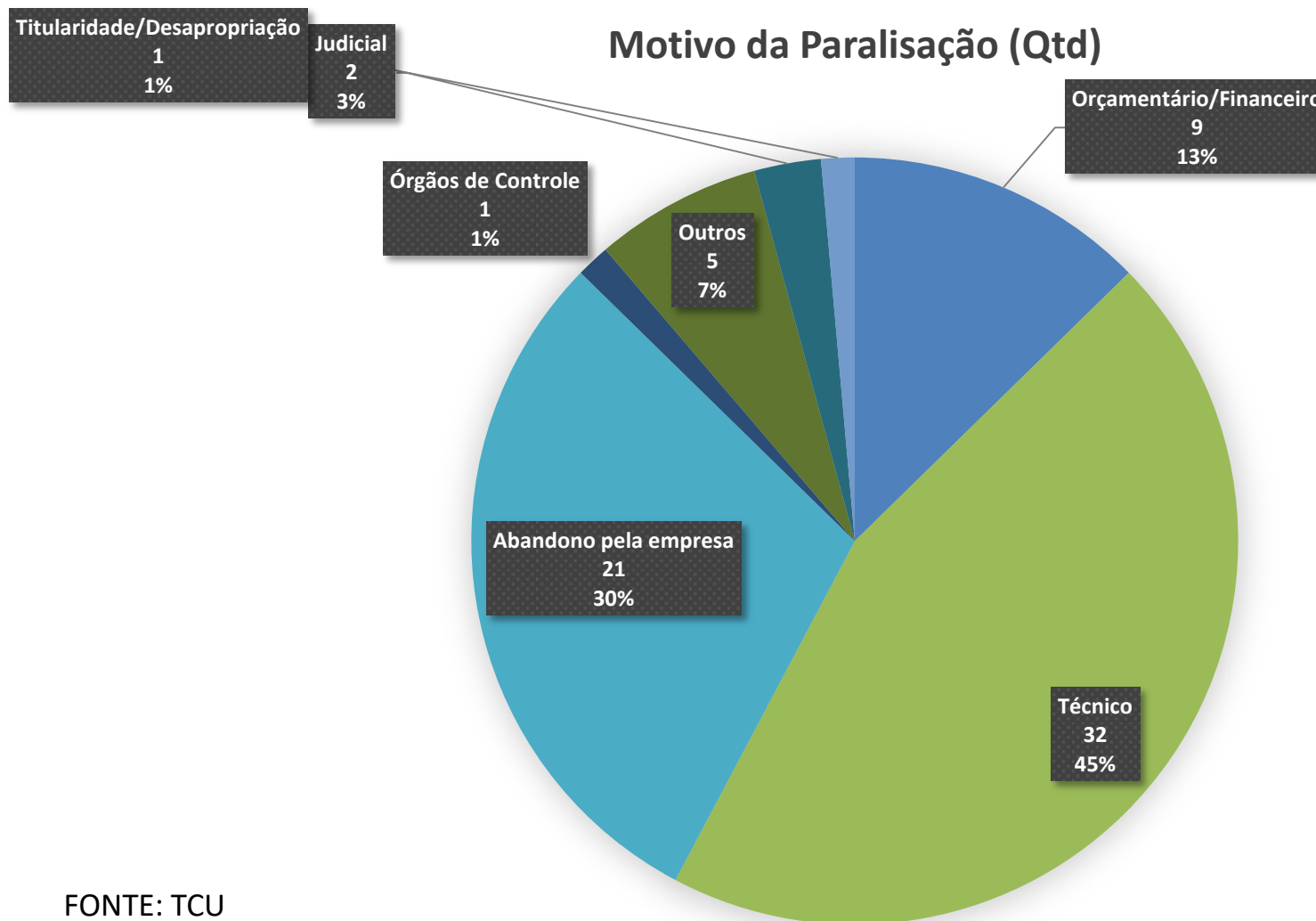


Quantidade de Obras

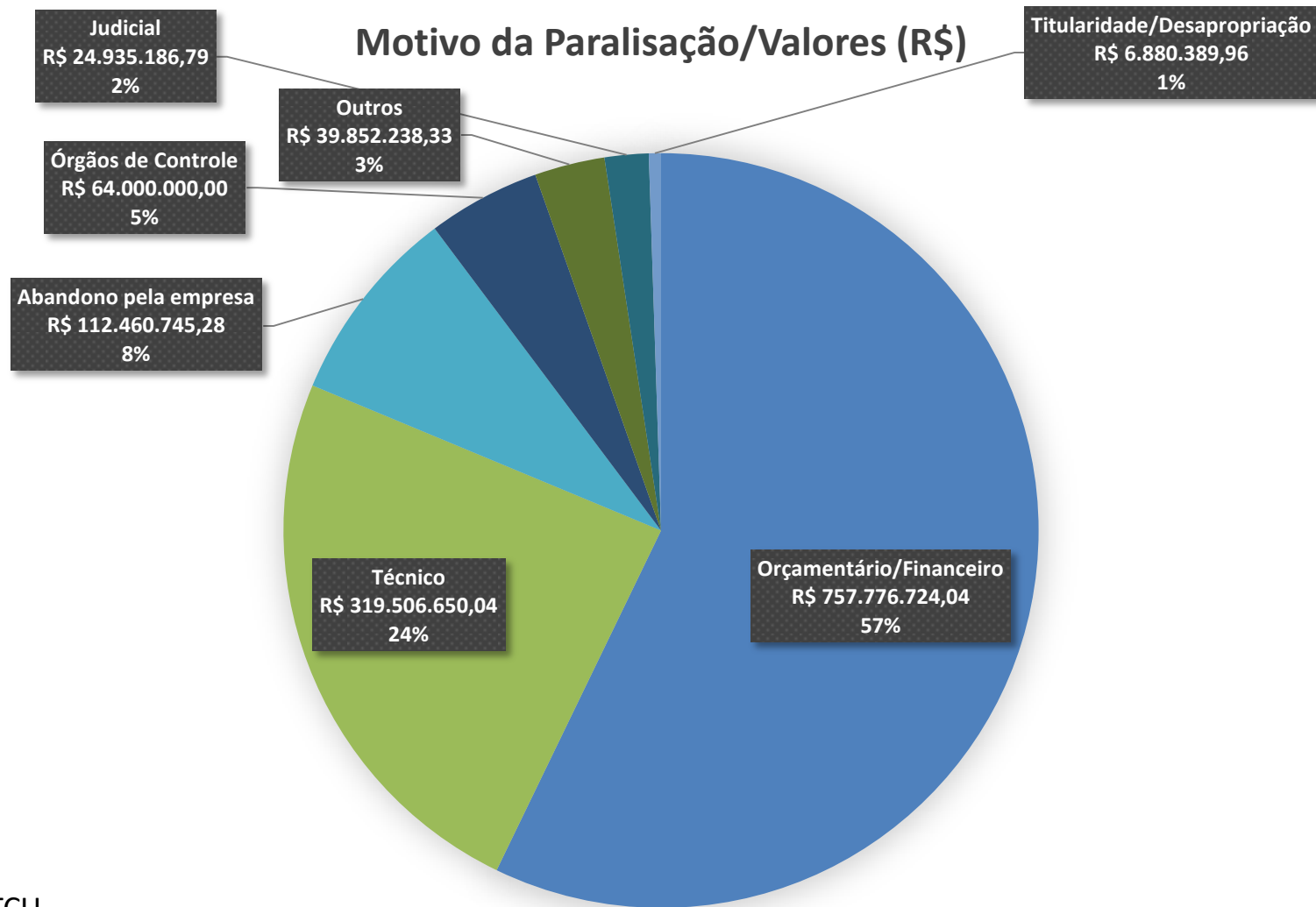


PAC

Motivo da Paralisação (Qtd)



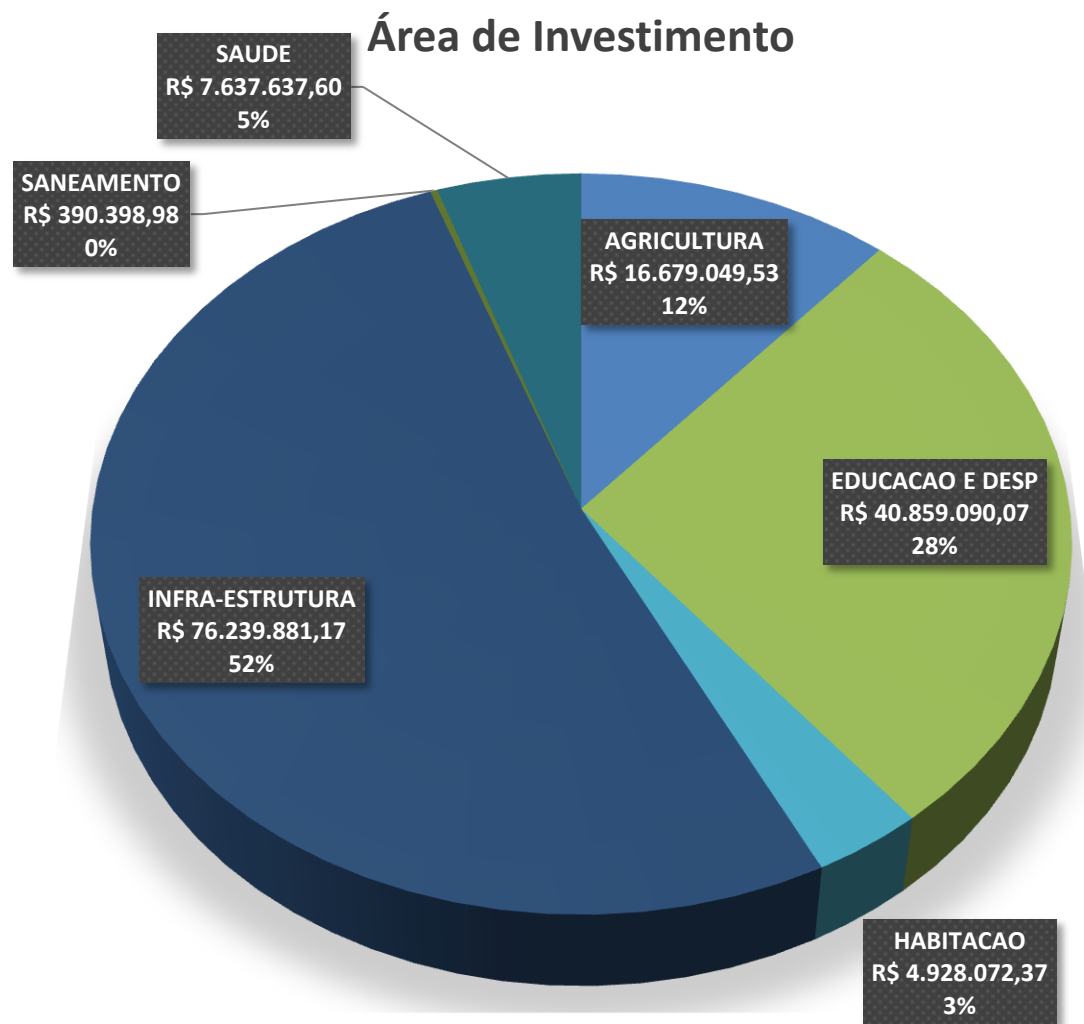
PAC



Motivo da paralisação- CAIXA

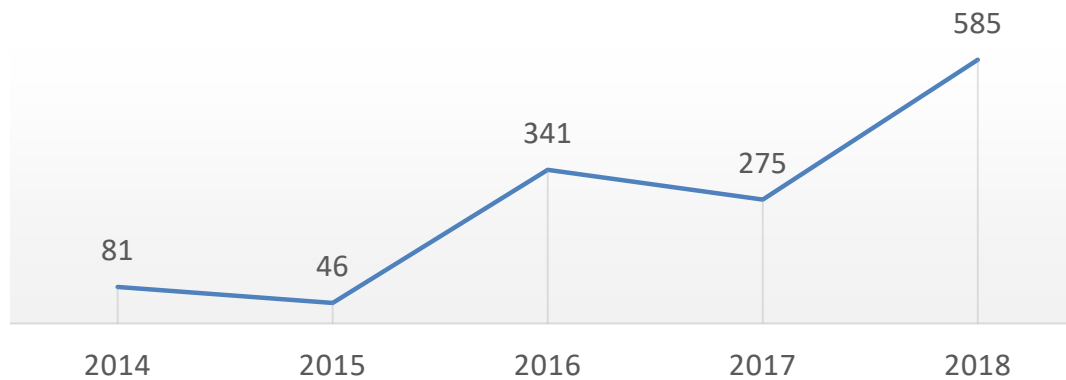
Motivo da Paralisação	Quantidade	Quantidade (%)	Total PAC (R\$)	Total (%)
Orç/Financeiro	9	12,68%	757.776.724,04	57,17%
Técnico	32	45,07%	319.506.650,04	24,11%
Abandono pela empresa	21	29,58%	112.460.745,28	8,48%
Órgãos de Controle	1	1,41%	64.000.000,00	4,83%
Outros	5	7,04%	39.852.238,33	3,01%
Judicial	2	2,82%	24.935.186,79	1,88%
Titularidade/Desapropriação	1	1,41%	6.880.389,96	0,52%
Total	71	100%	1.325.411.934,43	100%

OBRAS PARALISADAS - CAIXA

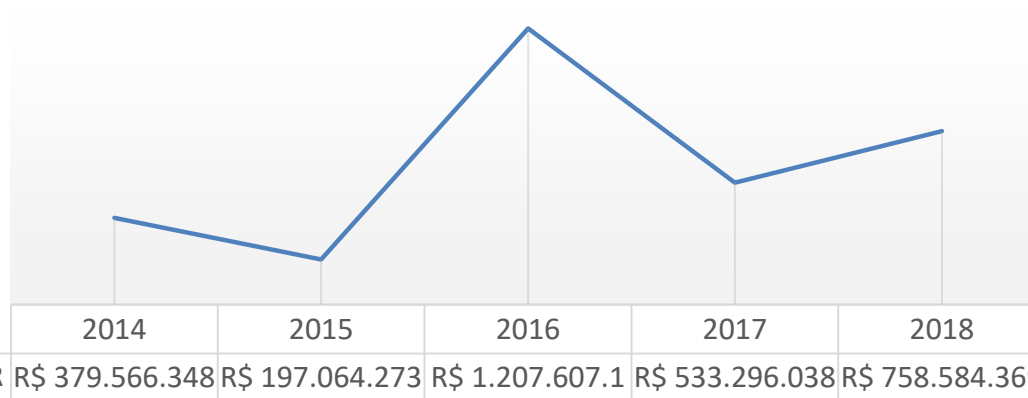


OBRAS 2014-2018 PIAUÍ

QUANTIDADE DE OBRAS CONTRATADAS CADASTRADAS



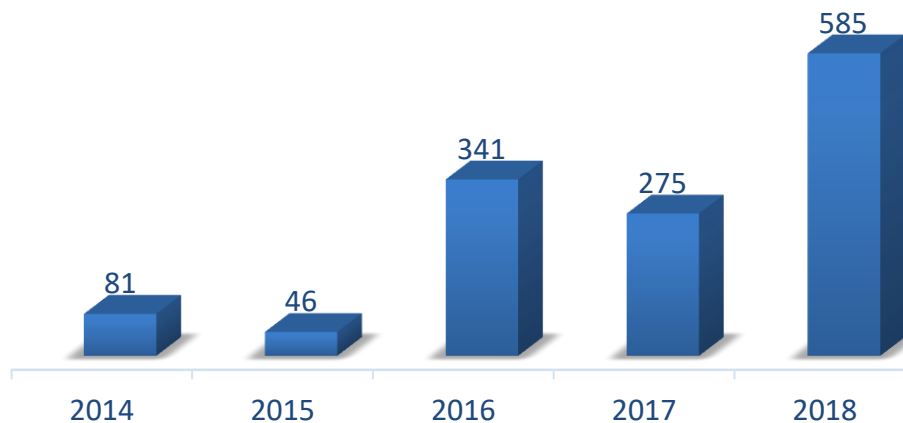
VALOR



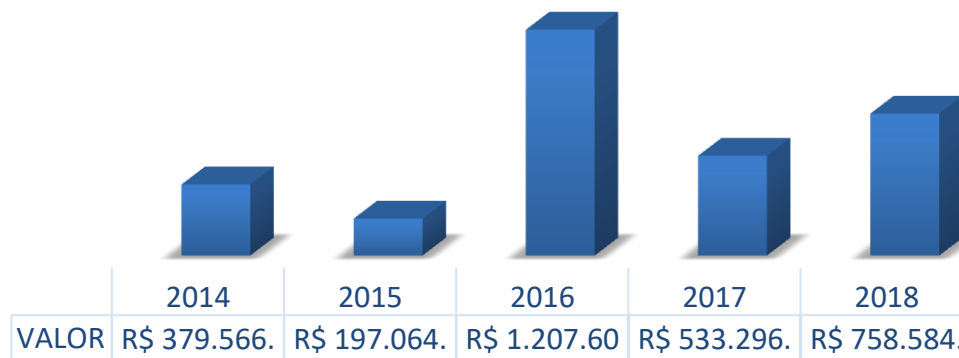
FONTE: SIMO

OBRAS POR ANO

QUANTIDADE DE OBRAS



VALOR

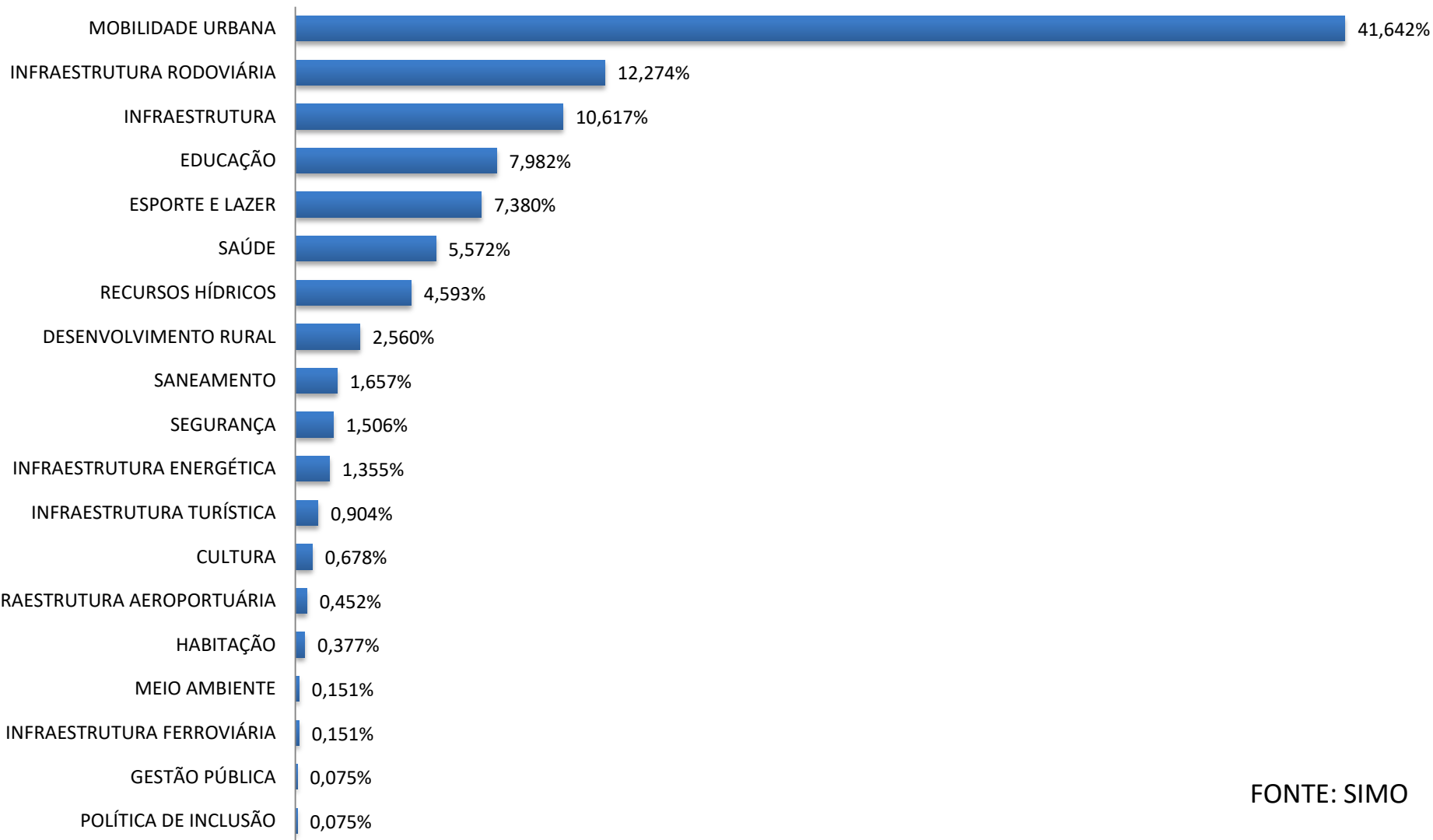


FONTE: SIMO

VALORES CONTRATADOS PI 2014-2018

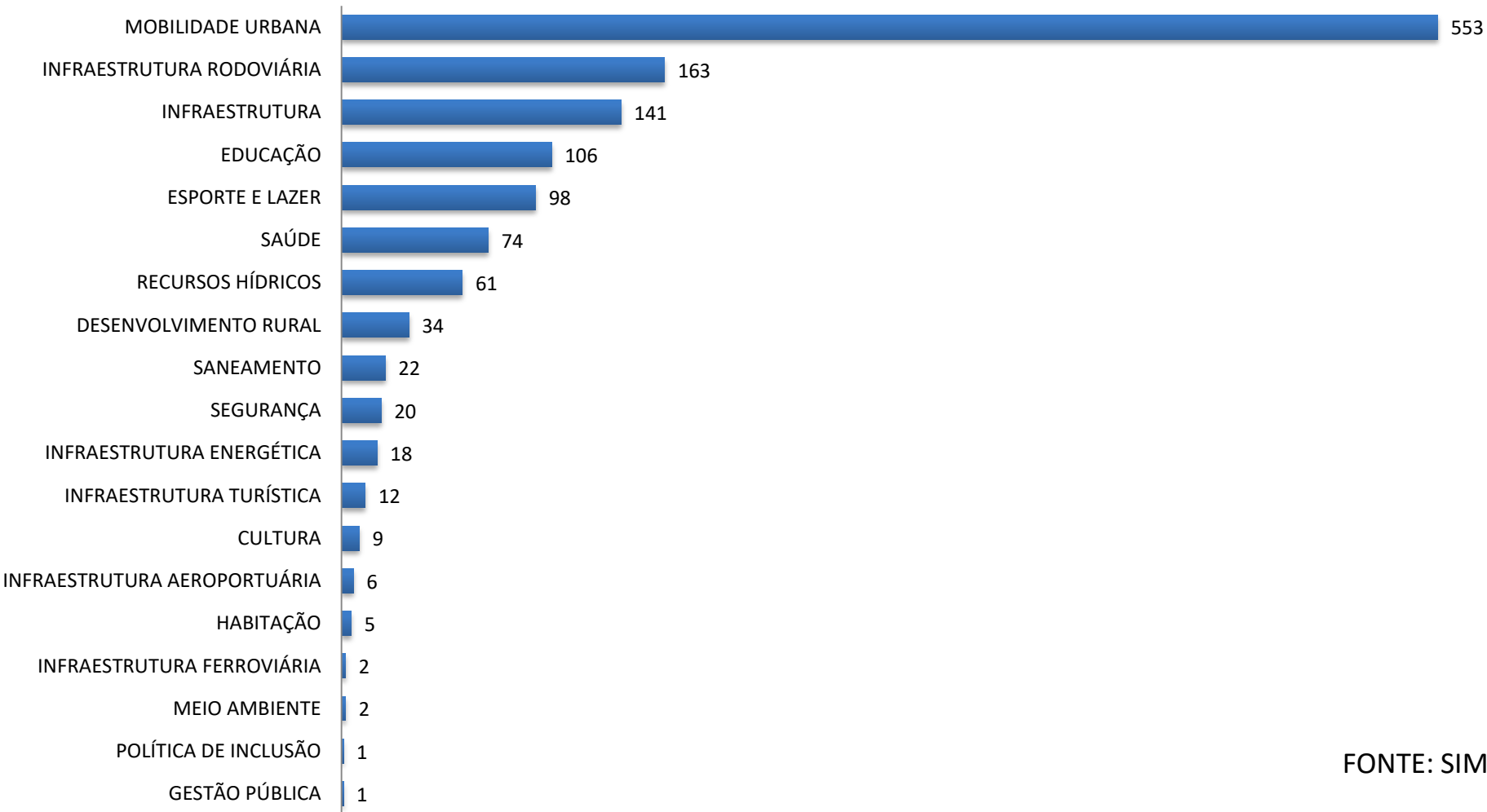
EIXO DE INVESTIMENTO	QUANTIDADE	QUANTIDADE (%)	VALOR	VALOR (%)
INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	163	12,274%	R\$ 782.727.255,57	25,445%
MOBILIDADE URBANA	553	41,642%	R\$ 685.549.014,12	22,286%
RECURSOS HÍDRICOS	61	4,593%	R\$ 615.953.478,15	20,024%
SAÚDE	74	5,572%	R\$ 217.140.462,09	7,059%
INFRAESTRUTURA	141	10,617%	R\$ 182.892.688,09	5,946%
INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA	2	0,151%	R\$ 179.311.965,60	5,829%
SANEAMENTO	22	1,657%	R\$ 125.289.793,41	4,073%
EDUCAÇÃO	106	7,982%	R\$ 59.418.162,41	1,932%
ESPORTE E LAZER	98	7,380%	R\$ 54.946.393,87	1,786%
CULTURA	9	0,678%	R\$ 41.548.151,31	1,351%
SEGURANÇA	20	1,506%	R\$ 38.358.020,27	1,247%
DESENVOLVIMENTO RURAL	34	2,560%	R\$ 38.310.069,50	1,245%
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	12	0,904%	R\$ 18.961.380,82	0,616%
INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA	18	1,355%	R\$ 12.570.388,95	0,409%
HABITAÇÃO	5	0,377%	R\$ 10.561.668,85	0,343%
INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	6	0,452%	R\$ 10.019.874,78	0,326%
MEIO AMBIENTE	2	0,151%	R\$ 1.857.260,89	0,060%
POLÍTICA DE INCLUSÃO	1	0,075%	R\$ 562.065,91	0,018%
GESTÃO PÚBLICA	1	0,075%	R\$ 140.106,60	0,005%
Total	1328	100%	R\$ 3.076.118.201,19	100%

OBRAS POR EIXO DE INVESTIMENTO (%)



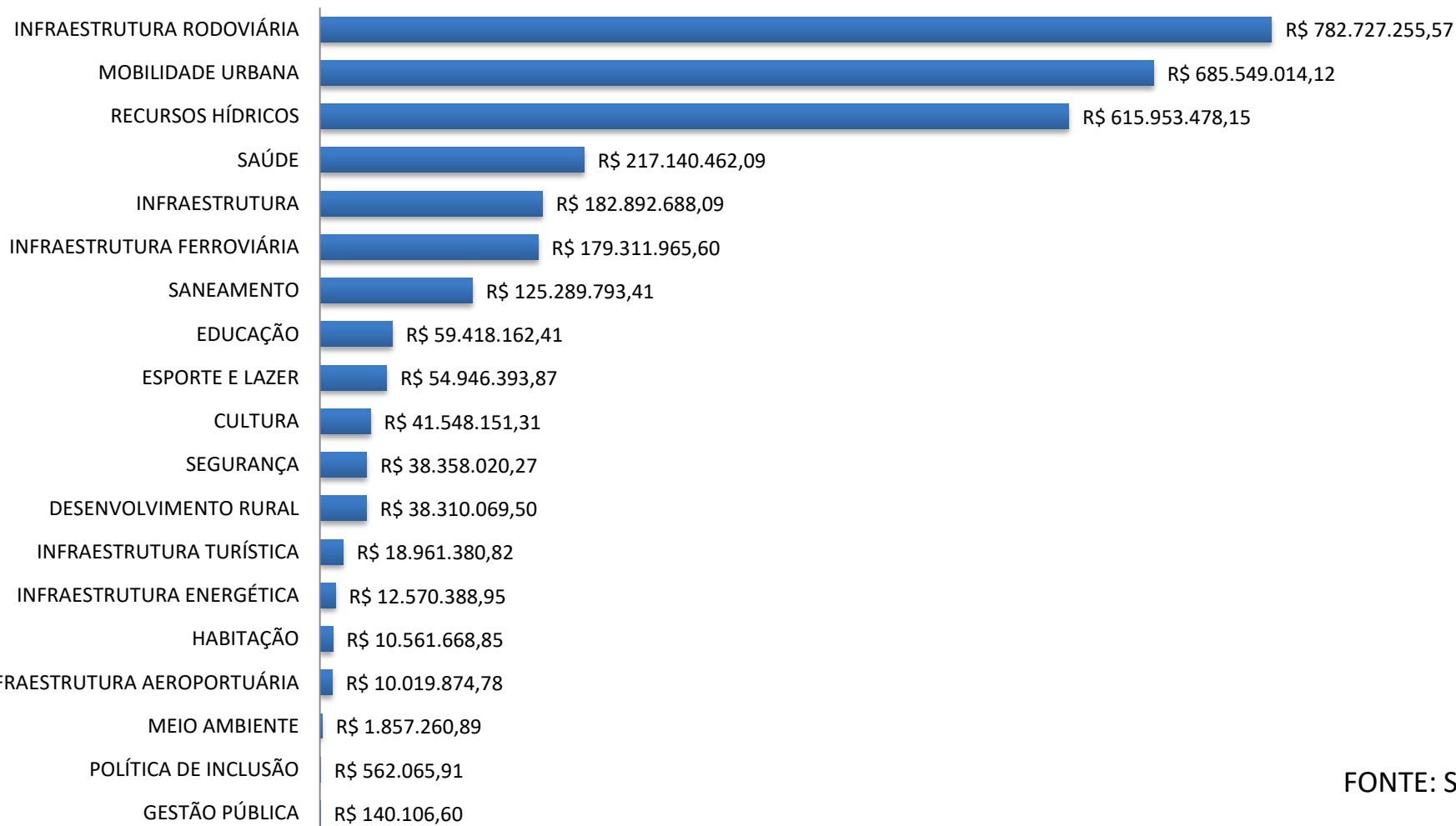
OBRAS POR EIXO DE INVESTIMENTO

QUANTIDADE DE AÇÕES



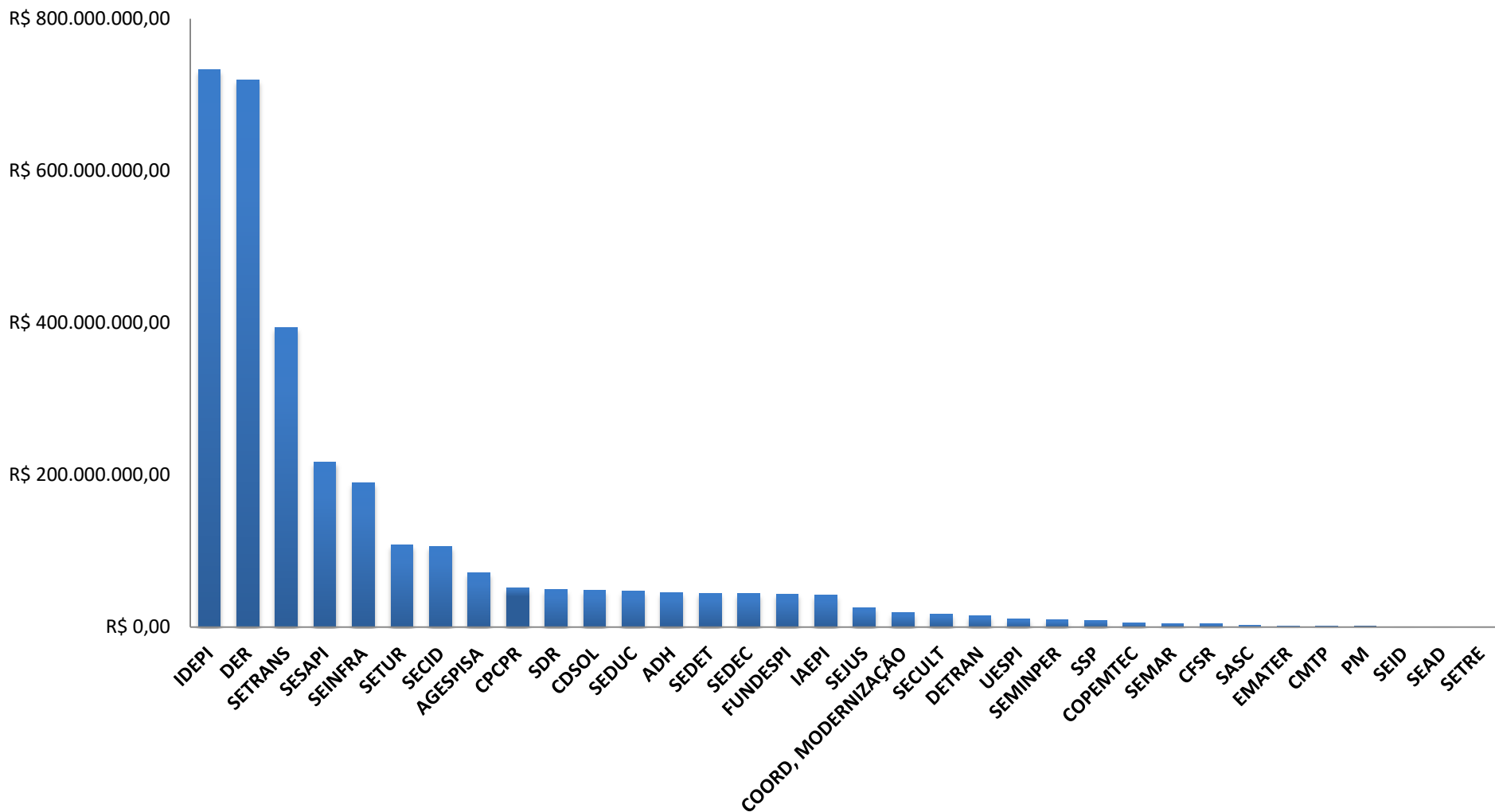
OBRAS POR EIXO DE INVESTIMENTO

VALOR



OBRAS POR ÓRGÃO

Valor Total (R\$)



Soluções Possíveis

design-bid-build (contratação do projeto, aprovação e posterior contratação da obra).
Acrescido da Obrigatoriedade de **projeto executivo** de engenharia antes da licitação do projeto

design-build (possibilidade de se ter uma redução global no prazo de entrega do empreendimento pronto, ao se eliminar o segundo processo de contratação, que é a licitação da obra, reduzindo assim os erros de projetos e omissões, além de permitir a paralelização maior das atividades de projeto e construção, para as diferentes etapas do projeto)

Vídeo 2







Obrigado!

leonardo.chaves@tce.pi.gov.br